



## **A Degradação Durante a Ditadura Militar na Região Amazônica (1960 - 1980)**

**Agda Lima Brito<sup>1</sup>**

Resumo: Através da análise fontes oficiais e fontes orais, buscamos pesquisar como no período da ditadura militar, a ideia da Amazônia como “vazio demográfico” perdurou, contribuindo para que ocorresse conflitos envolvendo a degradação e invasão de terras habitadas por pessoas que já se encontravam nesses espaços, tais como indígenas, as famílias que continuaram a trabalhar e viver na região mesmo após a crise da borracha. A Ditadura Militar, interferiu na realidade local, com a política de integração da região, a criação da SUDAM para elaborar projetos que tornassem a região atrativa para investimentos, com planos que buscavam explorar de forma extensiva a agropecuária, a mineração, e recursos da região, além da construção de rodovias para “ocupar” o Norte.

Palavra – Chave: Amazônia, Degradação, Ditadura Militar

### **Planos da Ditadura Militar na Amazônia**

Em 1966, orientados pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais – MECOR, realizou-se estudos com o objetivo de criar políticas de desenvolvimento para a região, as medidas tratadas nessa proposta acabaram findando em ações conhecidas como “Operação Amazônia”, essa teve início em 1964, logo após a implementação da ditadura militar, sendo anunciada pelo então Marechal Humberto Castelo Branco, em Macapá.

Castelo Branco, em discurso, anunciou a operação que foi montada pela “Casas Militar e Civil da Presidência da República, do MERCOR”<sup>2</sup>. Nisto, a equipe decidiu pela criação de projetos de leis, para constituir a “Operação Amazônia”, destacamos a:

Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, que Dispõem sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A”;

Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que Dispõem sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a

---

<sup>1</sup> Doutora em História, estágio de pós-doutorado na UFF e pesquisadora colaboradora PCI no Mast.

<sup>2</sup> **Operação Amazônia**-Álbum. República do Brasil-Estado do Pará. Volume 1. outubro 1967, p. 6.



Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e da outras providências;  
Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966, que Dispõem sobre a concessão de Incentivos Fiscais em Favor da Região Amazônica e dá outras providências.<sup>3</sup>

A Amazônia passou a ser pensada pelo governo de Castelo Branco como área central, por isso foi necessário elaborar um novo planejamento para torná-la uma região estratégica. Na década de 1960, retomaram a velha ideia de uma Amazônia vazia, um grande “vazio demográfico”, sendo necessário ocupar essas áreas. para Leal (2003), esse argumento de vazio demográfico na região ajudava a consolidar, desde meados do século XIX, a presença de genocídio praticado contra diversas etnias que moravam na Amazônia, além de argumentos ao discurso de falta de trabalhadores na região. Desse modo, novamente excluiu-se as pessoas que moravam nessas regiões.

Conforme Santos (2010), explica-se que essas interpretações de uma Amazônia vazia, com muita floresta e poucos habitantes, foram construídas desde a chegada do colonizador, e com certeza foi usada como argumento durante anos por governantes brasileiros a fim de explorar a região.

Com efeito, foi formado um grupo intitulado “Grupo de Estudos para a Reformulação da Política Econômica da Amazônia”, ele criou leis que foram aprovadas na década de 1960, sendo classificadas como “Operação Amazônia” (MOURA, 210). Essa operação mostrava como pensavam em estratégias do Estado Nacional, intervindo na Amazônia legal, isto é, na tentativa de modernizar a região em diversos setores, transformando o espaço naquelas localidades, além de proteger a região e suas fronteiras.

O relatório elaborado pelo *Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais* visava elaborar políticas de desenvolvimento, mas também de segurança para a Amazônia, para isso seria necessário seguir a referência da SUDENE, que foi feita para o Nordeste. Ao seguir, a experiência nordestina reformularia a legislação federal da região, por isso expuseram decretos de leis, caso fossem aprovados, e seriam benéficos para a Amazônia em diversos setores, a exemplo, o decreto sobre a Zona Franca, logo, os estímulos fiscais beneficiariam a economia do Norte, incentivando a pesquisa na região, atraindo o interesse de outros países estrangeiros, assim como de

---

<sup>3</sup> **Operação Amazônia**- Álbum. República do Brasil-Estado do Pará. Volume 1. outubro, 1967.



outras regiões do Brasil, no investimento e cooperação para o desenvolvimento daquele lugar<sup>4</sup>.

Para Miranda, o governo militar também teria investido meios de atrair o interesse de empresários, fechando assim parcerias que culminaram em projetos de desenvolvimento para a região Amazônica. Tudo isso divulgado por meio da imprensa, de modo que o empresário entendesse que seria muito lucrativo investir ali, nunca dando a entender que o governo militar precisava desses investimentos para consolidar seus planos na região, em suma (MIRANDA, 2018).

Acreditavam que os problemas na região deveriam ser tratados de modo global, ainda mais quando tratavam sobre investimentos na Amazônia, e não atuar de modo isolado em lugares considerados críticos, expondo assim o anteprojeto de decreto que iria organizar a Operação Amazônia.

Nesse sentido, Castelo Branco discursou em 1966, no Teatro Amazonas, na cidade de Manaus, na *Solenidade de Instalação da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia*<sup>5</sup>, e deixou claro que deveriam ser executadas as metas. Para ele, os projetos da Operação Amazônia seriam viáveis em diversas áreas, tais como: atividades industriais agrícolas. Para que esses projetos se concretizassem, o governo estaria disposto a assegurar esses investimentos, sendo a Operação necessária para integrar a região.

Em discurso, Castelo Branco apontou falhas na SPVEA, e revelou que ela não teve seus projetos aprovados durante seu funcionamento, o governo militar agora dedicava sua atenção para a SUDAM e essa teria o papel de auxiliar no desenvolvimento da Amazônia. Após a substituição da SPVEA pela SUDAM, os projetos dos militares ficavam pautados em um tipo de desenvolvimento que degradava a região, e não levavam em conta as populações que moravam em região de mata, mas por outro lado, incentivava grandes projetos de empresários que vinham atraídos pela política fiscal, contribuindo

---

<sup>4</sup> OPERAÇÃO AMAZÔNIA. Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. MERCO -5-4/66.

<sup>5</sup> Discurso do Amazonas. Pronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia; In: MINISTERIO DO INTERIOR – SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. OPERAÇÃO AMAZÔNIA (discursos).



para o avanço de propostas que causaram tensões e expropriações nas regiões e acabaram implicando em disputas na década de 1980 (FERREIRA, BASTOS, 2016).

Por fim, a “Operação Amazônia” deveria movimentar fundos privados e públicos, a fim de demonstrar como o novo governo tornaria a região considerada periférica, desenvolvida, através da organização de planejamentos elaborados para a região Norte<sup>6</sup>.

Na Lei Nº 5.173, do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, no Capítulo II, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM que marcaria uma nova fase na política da região, ficando responsável por “planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia<sup>7</sup>”. Ou seja, a SUDAM deveria garantir que o plano deveria funcionar, assim como fiscalizar a verba destinada à Valorização Econômica da Amazônia. Nesse contexto, ela passou a ter um papel essencial na integração e desenvolvimento da região.

Criado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento, elaborado pela SUDAM, funcionou entre 1967-71, esse planejamento visou:

As linhas básicas do plano estavam voltadas para o levantamento de recursos naturais, ampliação e rede de transportes e comunicações, melhoria das condições sanitárias, de habitação e educação, diversificação do extrativismo, melhoria de abastecimento, intensificação do processo de povoamento e colonização, expansão da pecuária e agricultura, reaparelhamento das antigas e implantação e novas indústrias, bem como identificação e classificação de pólos de desenvolvimento para sua fixação.(SUDAM, 1979).

O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento foi organizado durante a gestão do General de Divisão Mário de Barros Cavalcanti, sendo responsabilidade da autarquia SUDAM seu funcionamento (SUDAM, 1967), o Plano seria contínuo, ou seja, passível de mudanças e revisões, tanto que após ele, outros surgiram, como o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979) (SUDAM, 1979), deste modo, destacamos alguns pontos dos planos.

No capítulo III do Plano Quinquenal, intitulado “Programas setoriais”, fizeram um diagnóstico sobre o extrativismo, apontando-o como um problema social, e não como

---

<sup>6</sup> KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.

<sup>7</sup> **O NOVO SISTEMA DE AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA. LEGISLAÇÃO BÁSICA/VOLUME I. SUPERINTENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. EDITORA SPENCER, S.A RIO DE JANEIRO, GB/1967.**



uma solução econômica para a região, o que não significou que abandonaram a extração do látex. Nesse sentido, apontavam medidas que poderiam auxiliar para que os recursos naturais fossem mais bem explorados, dentre eles temos o extrativismo mineral, extrativismo vegetal da borracha, oleaginosas e óleos essenciais, como também a madeira, extrativismo animal, a caça, a pesca (SUDAM, 1967).

Em outras palavras, isto para eles tratava-se de um sistema bruto de coleta, sem técnicas e sem tecnologia, o que implicaria em um atraso para a região. Assim, a exploração da madeira, por exemplo, segundo o planejamento, deveria ser feita de modo organizado e com maquinário adequado. A respeito da política de aproveitamento da região, deveriam:

Orientar a exploração no sentido do aproveitamento, através de indústrias madeireiras integradas, da totalidade das espécies florestais de determinadas áreas, Cerca de 75% do volume dos exemplares das florestas amazônicas podem servir para fabricação de polpa e celulose. II- Fazer o replantio racional das espécies mais valiosas nas áreas desmatadas ou entregar parte dessas áreas, que se prestem a formação de pastagens, a pecuária. III- Realizar estudos de viabilidade e localização de indústrias que utilizam a madeira como sua matéria-prima, bem assim examinar a viabilidade de serrarias moveis, terrestres e fluviais (SUDAM, 1967).

Interessante pensar que neste mesmo tópico a respeito da exploração da madeira, destacamos que a política de aproveitamento da floresta teria que atender a um processo de exploração da vegetação de forma racional, fazendo replantio das espécies mais valiosas, da mesma forma, a agricultura foi amplamente incentivada no Plano Quinquenal e visava contribuir com a economia.

Para Filho, o processo de desmatamento ocorreu juntamente com o aumento de rebanhos na região, percebe-se que anteriormente a 1960, tratava-se de 5 milhões de cabeças, ocorreu um deslocamento superior a 40% do rebanho para a Amazônia, que viera de todo Brasil, isso tudo em menos de 50 anos, provocando aumento do desmatamento, o autor aponta que “Desde a década de 1960, a área desmatada aumentou 14 vezes e o rebanho, 16 vezes, numa correlação direta entre desmatamento e aumento do rebanho” (FILHO, 2014, p. 228).

Assim como nos demais tópicos acerca do extrativismo, chama-nos atenção para a forma que seria retirada da região, pois estariam preocupados em não degradar, o que



na realidade não ocorreu, em suma, no período da ditadura militar houve uma acentuada e crescente degradação da Amazônia (SANTOS, 2010).

Para Miranda (2018), boa parte do crescimento da economia e a construção de obras na Amazônia acabaram por gerar uma onda de devastação na mata, comprometendo a floresta, a fauna e flora, e as populações que ali viviam, como, por exemplo, os indígenas.

De acordo Kohlhepp atribui a esse intenso desmatamento a falta de planejamentos efetivamente eficientes, onde desde início as populações locais foram ignoradas, e acabaram massacradas por tais projetos:

Numerosos conflitos de interesse, a falta de respeito pelos limites das reservas indígenas, a insegurança com respeito a direitos legais e a continuada escalada da competição pelo uso da terra levaram a uma situação na qual a coexistência dos grupos sociais e seus objetivos econômicos ressaltaram a falha de objetivos comuns de desenvolvimento para a região Amazônica. O preço alto do crescimento econômico, juntamente com os mega-projetos, foi pago com a destruição da floresta tropical e a degradação ecológica e social (KOHLHEPP, 2002, p.42).

Os militares consideravam a Amazônia região central, por isso elaboraram propostas focadas na criação de obras como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá Santarém e Porto Velho Manaus, essas rodovias viriam segundo os planos, integrar a região ao resto do país, além disso, houve incentivos na agricultura, como, por exemplo:

Em relação à agricultura, o governo federal passou a incentivar projetos de estímulo ao desenvolvimento dessa atividade no norte do Estado do Mato Grosso e no sul do Estado do Pará. Além disso, nos anos de 1965 e 1966, foram criadas, respectivamente, nos Estados do Pará e do Amazonas, as Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar) (PRATES, BACHA, 2011).

Para Filho, desde a ditadura militar que o governo incentiva o crescimento sobre a floresta Amazônica, assim, ele enfatiza ainda que:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em menos de cinco décadas, de 1960 a 2010, a área desmatada alcançou 754 mil km<sup>2</sup> (75,4 milhões de hectares), cerca de 18% do bioma amazônico (IBGE, 2011a), número que apresenta pequena diferença sobre o do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) (INPE, 2011). Acredita-se que o desmatamento anterior a 1960 seria inferior a 50 mil km<sup>2</sup> (6,6% do total). Assim, 704 mil km<sup>2</sup> (70,4 milhões de ha), ou 93,4%, teriam sido desmatados em 50 anos, uma média de 14,08 mil km<sup>2</sup> /ano (1,4 milhões de hectares/ano), área equivalente à soma da superfície de três estados – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro (FILHO, 2014).



Na década de 1970, explodiram na região os problemas causados pelo desmatamento, onde cerca de 10 milhões de hectares já tinham sido desmatados (PRATES, BACHA, 2011).

A SUDAM trabalhava sobre a ótica governamental de que seria necessário povoar a região para garantir sua colonização, assim como para que suas metas fossem cumpridas, visando seu desenvolvimento e sempre de olho em incentivos vindos de outros lugares. Segundo Bacury, esse primeiro planejamento não teve sucesso, uma vez que a SUDAM não possuía controle total da verba para funcionamento das metas, indo parte daquela para infraestruturas básicas na região.

Com efeito, foi criado o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico da Amazônia - PDA, que abrangia 1972-1974 e visava integrar e desenvolver regiões como Norte e Nordeste. Basicamente tratava-se de:

[...] promoção do conhecimento exato das potencialidades dos recursos naturais, desenvolvimento da economia; formação de recursos humanos e dotação de uma infra- estrutura sócio econômica compatível com as necessidades da região e com as metas propostas pelo Governo (SUDAM, 1979)

Quando surgiram as rodovias, como já citamos, a mais famosa foi a rodovia Transamazônica, que visava ligar o Norte ao Nordeste, a fim de atrair essa população nordestina que foi fortemente atingida pela seca de 1970 para a Amazônia, estabeleceu-se o objetivo de ocupar a região e incentivar o andamento das colônias agrícolas (CORDEIRO, 2015). Entretanto, essas estradas não deixavam também de ser um meio de povoar a região, colonizar e se apropriar dela, pelos militares.

Nesse plano, novamente entrou em pauta a ocupação da Amazônia, ou seja, acreditavam que seria importante interligar a Amazônia e o Nordeste para que essas regiões fossem desenvolvidas economicamente, buscando também a integração delas com restante do país, julgavam que “Valorização e Desenvolvimento são o binômio de uma estratégia global para a Amazônia”<sup>8</sup>.

Ressaltamos ainda que na década de 1970 foi feito um acordo onde seriam criados assentamentos na região, muitos nordestinos acabaram migrando da região:

---

8 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (1972 - 1974)**. AGOSTO, 1971, p. 14.



A colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas e, por conseguinte, a sustentabilidade foi avaliada de maneira muito positiva (Mahar, 1988). Planejamento, levantamento topográfico, organização, informações aos colonos, modelos de uso da terra (mudança rápida para culturas permanentes) e facilidades de mercado foram inadequados. Mesmo o conceito da *agrovila*, de assentamentos centrais, falhou. Todavia, o slogan do governo, "Há terra para todos na Amazônia", deu impulso à migração de massa para o norte, tendo sido iniciada espontaneamente na segunda metade dos anos 1970 (KOHLHEPP, 2002, p. 39).

Para Serra e Fernández (2004), a Amazônia era considerada uma área problemática:

De fato, a integração tornou-se o princípio básico do governo militar na medida em que ela era considerada uma condição essencial para a segurança nacional, cristalizada e simbolizada no slogan "integrar para não entregar". Na realidade, a Amazônia e o Nordeste foram considerados regiões problemáticas e, conseqüentemente, receberam uma atenção especial do governo federal, que expressou estas preocupações tanto em programas, tais como PIN, 5 PROTERRA6 e II PDA7 (especialmente direcionado à Amazônia), quanto nos planos nacionais, como o Metas e Bases8 e o I PND. 9 Neste sentido, a construção de rodovias (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Perimetral Norte), a implementação de projetos de colonização, a redistribuição de terras desocupadas e a promoção das agroindústrias foram estimuladas pelo governo federal (SERRA, FERNÁNDEZ, 2004, p. 112).

Acerca do extrativismo e agricultura, no Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA contamos com medidas que buscavam superar o atraso na região, investindo nesses setores.

Na extração vegetal seria preciso que tal atividade fosse racionalizada, dessa maneira, na agricultura e pecuária seria necessário romper com a forma tradicional de se trabalhar nesse setor, isto é, investir em diversos setores que ajudassem a corrigir esses problemas de abastecimento na região, como também em técnicas de trabalho, em créditos para os produtores e políticas de incentivo nas rodovias para criarem núcleos coloniais, visando a ocupação<sup>9</sup>.

Além disso, ressalta-se o valor dos recursos da região, por isso buscava-se tratar de metas que explorassem economicamente os seguintes recursos, tais como: madeira, heveicultura, castanha do Pará. Na agricultura, ressalta-se o valor econômico de gêneros

---

9 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (1972 - 1974)**. AGOSTO, 1971, p. 16-17.



como o arroz, o milho, a mandioca, a pimenta do reino, a juta, a malva e o feijão, vendo a necessidade de incentivos nesses artigos para que fossem mais bem explorados<sup>10</sup>.

Como citamos acima, desse PDA podemos destacar não só a Transamazônica, mas também os núcleos de colonização ao longo do surgimento da rodovia, causando mudanças na economia e na ocupação da região, sobretudo no Pará.

Podemos dizer que a degradação da região tem relação com esses projetos de desenvolvimento, porque contribuem para a precarização do trabalho de pequenos agricultores na região dentro do período estudado. Para Ramos, esse processo de degradação tem um crescimento maior na década de 1970, e ainda que o Pará tenha sido fortemente atingido, não excluiu as demais regiões da Amazônia de sofrerem com esse tipo de desenvolvimento de ocupação:

Pode-se dizer que o desmatamento e a degradação da Amazônia Legal sempre estiveram ligados aos fluxos migratórios e às tentativas de desenvolvimento econômico da região. Percebe-se, entretanto, que, apesar dos diversos fluxos migratórios, a cobertura vegetal permanecia praticamente íntegra até o início dos anos 1970, havendo determinados focos ligados aos povoamentos que se estabeleciam. Com a abertura de estradas, o que possibilitou a ocupação mais fácil de terras mais distantes e os incentivos fiscais e creditícios, observou-se a modificação no perfil econômico da região, que passou a contar com grandes latifúndios voltados para a pecuária, para a plantação de monoculturas e para a exploração da madeira. Como consequência desta política econômica, as taxas de desmatamento passaram a crescer acentuadamente ano após ano, mantendo-se nesta crescente mesmo em tempos de crise financeira (RAMOS, 2014, p. 362).

Ocorreu a criação de sucessivos planos acerca da região da Amazônia, em todos eles, ainda que fossem ressaltados os aspectos positivos dentro deles, demonstraram um profundo desconhecimento em relação à imensa região da Amazônia, fato admitido inclusive pelos técnicos que realizaram esses planejamentos, ressaltando que deveriam ocorrer pesquisas em torno da região, para melhor entender o seu funcionamento.

Porém, observamos que não ocorreu uma fiscalização sobre o desenvolvimento dessas leis nos interiores, o que ocorreu de fato é que os tópicos dos planos em relação aos trabalhadores não foram adiante, houve a construção de obras, rodovias, extração de madeiras, atividades essas que contribuíram para que houvesse conflitos na Amazônia.

---

10 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (1972 - 1974)**. AGOSTO, 1971, p. 23-24.



Na realidade, essas metas não ajudaram a “melhorar a vida do homem amazônico”, conforme citado nos relatórios desses planos e muito menos a vida dessas famílias. Em outras palavras, é notório que visavam fins econômicos e, sobretudo, no período da ditadura, exercer o controle sobre a região Norte consoante a exploração de seus recursos de modo totalmente irresponsável.

Silva (2015) explica que as ações referentes ao território da Amazônia, tomadas nos Pôs Guerra, durante o governo militar estavam carregadas de interesses econômicos, sendo uma vasta área que passa a ser apresentada internacionalmente inclusive como rica em recursos naturais, entre outras riquezas, adotando desse modo práticas para garantir não só o desenvolvimento, mas também a segurança da região e por isso mesmo deveriam ocupá-la e reorganizar espacialmente. A ideia de segurança nacional, sem dúvida serviu de justificativa para as ações do governo que tinham interesse em “defender suas fronteiras”.

Evidente que essas medidas não implicaram uma série de benefícios conforme apontam os planos, visando muito mais interesses políticos, do que sociais.

Essa exploração sem limites da região ocasionou mudanças nas vidas dessas famílias, de forma gradativa, à medida que ocorreram transformações políticas no Brasil.

Segundo Matos, na década de 1970, intensificaram-se as derrubadas na região da Amazônia, causando preocupação em relação aos impactos na biodiversidade, isto é: “Embora áreas extensas ainda permaneçam intactas, a taxa de perda da floresta é dramática, em especial no ‘arco do desmatamento’, ao longo das bordas sul e leste.” (MATOS, 2016, p. 24), indicando que durante o regime militar as taxas de desmatamento cresceram consideravelmente.

Além disso, esse tipo de investimento em atividades que estimulam o desmatamento, como a pecuária, apesar de serem lucrativas para os grandes proprietários, não apresentam qualidade de vida aos trabalhadores rurais, sendo inclusive excludentes em níveis sociais<sup>11</sup>. Pesquisadores acreditam que o modelo realizado em 1970 para o desenvolvimento do país, contribuiu para esse desmatamento e continua até o tempo presente.

---

<sup>11</sup> Banco Mundial Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira. 1ª ed. Brasília, 2003, p.16.



Desse modo, através dos planos que foram criados para a região, os investimentos feitos na Amazônia e seus planos de ocupação e expansão, ignoraram as pessoas que ali viviam e ainda contribuíram para que os fazendeiros violassem o cotidiano de trabalho dessas famílias, expropriando suas terras e degradando o ambiente em que viviam.

No entanto, sabemos que esses sujeitos históricos sempre resistiram historicamente, não se colocando enquanto vítimas, pelo contrário, os trabalhadores das áreas rurais no Brasil sempre lutaram por suas terras, seus espaços de trabalho, algo que no Brasil tem se tornado uma luta diária na vida de quem mora em área rural e vive de sua produção.

Analisando entrevistas de trabalhadores que moravam em comunidades nesse período percebe-se, ocorre conflitos a medida que essas atividades se instalam na região, uma vez que são atividades que estavam degradando o ambiente em que viviam, tendo em vista que, essas famílias se utilizavam dos recursos da floresta para sobreviver, plantando suas roças, colhendo frutas, coletando castanhas, construindo canoas para realizar a pesca, logo a medida que percebem que seu território esta sendo poluído, acabam prejudicados com as ações dos fazendeiros/madeireiros.

No relato da entrevistada Maria de Nazaré, que viveu no seringal no rio Manacapuru, ela nos relatou como os primeiros indícios de desmatamento em maior escala do que já estavam acostumados, estariam prejudicando a vida daquelas pessoas:

Começaram a trabalhar com moto serra é, com machado aí depois que apareceu moto serra aí começaram, estavam acabando com os igapós, tirando aquelas madeiras, as pessoas proibiram né, por que estava acabando os espaços dos peixes, o peixe vive no igapó e eles estavam tirando aqueles paus, derrubando o igapó.<sup>12</sup>

Explicou-nos ainda o que seria um igapó para os peixes e como a derrubada prejudicava esses animais:

Igapó é um rio com aqueles paus grandes ali dentro daquele rio, fica cheio peixe comendo aquelas frutas que caí, aqueles bichinhos que caem das árvores, aí eles estavam desmatando tudo, eles derrubavam quando o rio enchia já não tinha mais aqueles paus para os peixes ficar a vontade de baixo, mas foi, teve proibição.

Mas quando nós estávamos lá, quase não tinha moto serra não, era mais no machado, depois que nós viemos para cá, aí quase todo mundo já tem moto serra.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

<sup>13</sup> SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.



Na fala de dona Nazaré, fica claro como é necessário preservar os igapós para que os peixes pudessem se reproduzir ali, gerando alimento para essas famílias, que também viviam do pescado na região, ela seguiu explicando-nos que:

[...] por que não pode desmatar, por que se desmata aquela área, de igapó o peixe vai sim bora, vai afastando, vai ficando difícil de comida, vai para outra área que tem igapó, por que o rio seca fica tudo seco, ai eles vão embora para o lago quando o rio enche, que dá para aquelas florestas de novo bonita, aí eles voltam de novo para o igapó, aí o pessoal proibiu, tem uma pau, ele dá grosso assim (com as mãos) chama Guarapari, ele dá umas frutas assim e o peixe come.<sup>14</sup>

Nazaré enfatiza que entraram em conflito com as pessoas que desmatavam naquela região, fazendo com que os moradores proibissem os invasores de tirar madeira, com isso, a comunidade pediu que se retirassem e parassem de desmatar:

[...] aí estavam derrubando, estavam fazendo um desmatamento, as pessoas proibiram, os moradores mesmo, porque estava ficando difícil, o peixe vai embora. Eles (os moradores) iam lá e conversavam com as pessoas que estavam tirando, diziam que não podiam, porque senão, ía ficar muito ruim de peixe. Hoje tem pouca gente, tem poucos moradores.<sup>15</sup>

Nazaré explica que houve tentativas por parte dos moradores de conter essas pessoas que desmatavam dentro daquela localidade, uma vez que estavam interferindo no ecossistema natural da floresta e em suas vidas.

O marido de dona Nazaré, seu Raimundo Pereira, também se mostrou incomodado com o fato de estarem realizando derrubada de madeira, citando que:

Na nossa comunidade não tinha extração de madeira, a gente só tirava madeira para uso, fazer canoa, casa né, não tinha isso... Já depois que começou essa (retirada) de madeira, eu não sei como foi para surgir isso, acho que foi devido as grandes serrarias que surgiu aqui em Manacapuru... Nem tanto as grandes serrarias, porque na época tinha a Maderal, a serraria do português, tinha Miriti, mas a madeira vinha do alto, às vezes até do Juruá vinha a madeira, e vinha as toras inteiras. Aí depois que acabou essas serrarias, começou essas serrarias de quintal, como a gente chama, pequenas serrarias, que aí comprar a madeira, feito prancha, feito bloco... aí o pessoal começou a tirar, pela estrada, da beira do rio para vender assim por metro...<sup>16</sup>

<sup>14</sup> SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

<sup>15</sup> SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

<sup>16</sup> PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.



Seu Raimundo ainda tentou-nos explicar o porquê de estarem naquele período, retirando tantas árvores, ou seja, talvez fosse pelas madeiras que vinham surgindo, mas depois justificou que nem havia tantas, dito isso, ainda enfatizou que para ele não fazia sentindo retirar madeira. Nas palavras dele: *É um prejuízo, porque você vende a madeira toda, depois vai precisar da madeira e não tem, e outra coisa, além de você precisar também, acaba a floresta, aí fica da maneira que está.*<sup>17</sup>.

Tanto dona Nazare quanto seu Raimundo pensam uma organização de trabalho que não exploram de forma predatória, retiram o suficiente para se manter, concordamos com Albuquerque quando conclui em sua pesquisa sobre famílias trabalhadoras do Vale do Juruá, em que a natureza e cultura se confundem, pois, a produção teria de ocorrer de forma alinhada com a natureza. O autor discorre que:

Essa teimosia em não querer “deixar de ser o que são” encontra eco nas heterogêneas formas com que incorporaram e incorporam a natureza a suas culturas. É possível mesmo afirmar que, nessa via de “mão dupla”, que é a incorporação no sentido atribuído por Raymond Williams, natureza e cultura confundem-se (ALBUQUERQUE, 2001, p. 295).

Com isso, a história desse casal não era diferente da de muitos moradores de áreas de seringais, nas matas amazônicas<sup>18</sup>, que prezavam pelo ambiente para poder, através dele, ter uma vida melhor, livre da pressão sofrida anteriormente na década do período de alta da borracha, isto é, aprenderam a extrair sem degradar e utilizar-se dos recursos que a floresta pode oferecer, com isso Raimundo falou-nos de como as derrubadas atrapalhavam suas vivências na mata:

Aqui no médio rio, eles acabaram com os Arapari e as seringueiras, ficou só as fininhas, então tudo isso, faz com que os peixes vão se afastando...

Lá onde nós morávamos, (tinha) um pessoal do outro lado do rio, que iam para lá para aquelas ilhas e derrubavam. O irmão com outras pessoas lá, começaram a se reunir e expulsar eles de lá, eles falaram que: “isso aqui não é de vocês, isso aqui é da natureza, sim é da natureza mano e nós estamos morando aqui e vocês moram lá do outro lado, derrubem para lá, eles conseguiram ainda, expulsar eles de lá...”

---

<sup>17</sup> PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

<sup>18</sup> Foram produzidas entrevistas com homens e mulheres para a pesquisa de doutorado “Eu trabalhei também”: o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970), 2022.



Derrubaram muito(...) prejudicando os peixes e as pessoas também por que os peixes fogem, vão embora atrás de comida, não tem mais seringa, não tem mais Arapari...<sup>19</sup>

Deste modo, à medida que as ações daqueles que causavam derrubadas foram se intensificando, a permanência de pessoas residentes nessas regiões se tornou cada vez mais difícil e perigosa.

### **Conclusão**

Evidentemente que essas ações contribuíram para o crescimento do desmatamento, poluição, a degradação em regiões da Amazônia no decorrer dos anos, o governo Militar, os planos para Amazônia, facilitaram a entrada de investidores em terras amazônicas, incentivando a pecuária, agricultura extensiva e a construção de estradas, sem realizar fiscalizações e despreocupados com os povos da floresta que habitavam a região. É preciso que esses processos de degradação que Amazônia enfrentou e enfrenta, sejam mais bem aprofundados visando entender como as políticas para região foram danosas e acabaram por contribuir com a ideia de um desenvolvimento que prejudica diretamente os povos que moram em comunidades, nas florestas e vivem dos recursos que ela tem a oferecer.

### **Referências:**

FERREIRA, Sylvio Mario Puga e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da SPVEA.** Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016.

FILHO, João Carlos de Souza Meirelles. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr. 2014.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estud. av.* vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932).** Tese. (Doutorado

---

<sup>19</sup> PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.



em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. - Manaus: UFAM, 2013.

MATOS, Felipe Luís Lacerda de Carvalho Cidade. **Análise das Taxas Anuais de Desmatamento na Amazônia Legal a partir da Relação entre Autos de Infração e Área Desmatada no período entre 2000 e 2014.** Dissertação (Mestrado em Geografia, Análise de Sistemas Naturais) UNB, 2016.

MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971.** SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação Belém. 1967.

MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (1972 - 1974).** AGOSTO, 1971.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2018.

MOURA, Carla Denise da Silva. **Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica: estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60.** Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010, p. 38.

**Operação Amazônia-** Álbum. República do Brasil-Estado do Pará. Volume 1. outubro, 1967.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA. **Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.** MERCO -5-4/66.

**O NOVO SISTEMA DE AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA. LEGISLAÇÃO BÁSICA/VOLUME I. SUPERINTENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. EDITORA SPENCER, S.A RIO DE JANEIRO, GB/1967.**



PRATES, Rodolfo Coelho Prates e BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.

**Pronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco**, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia; In: **MINISTERIO DO INTERIOR – SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. OPERAÇÃO AMAZÔNIA.**

RAMOS, Marina Courrol. **O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região.** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. 2014.

SANTOS, Alessandra Rufino. **A NOÇÃO DE FRONTEIRA NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A AMAZÔNIA.** *TEXTOS&DEBATES*, Boa Vista, n.1.

SANTOS, Renato Prado. **Os principais fatores do desmatamento da Amazônia (2002-2007) – uma análise econométrica e espacial.** (Dissertação UNB), Brasília, 2010.

SERRA, Maurício Aguiar e FERNÁNDEZ, Ramón García. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo.** **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SILVA, Antenor Alves. **A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico.** Antenor Alves Silva. – Salvador: Editora Pontocom, 2015.

SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

SUDAM. **13 Anos de SUDAM.** Belém, 1979.

SUDAM. **13 Anos de SUDAM.** Belém, 1979.